

OUTUBRO 2022

1ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



O apoio de Lula a Ortega, o novo tabu eleitoral

TSE censura Gazeta do Povo por post que cita apoio de Lula à ditadura na Nicarágua

Daniel Lopez: aquele que controlar o Brasil controlará o mundo

Eleição: como será relação do Congresso conservador com os outros poderes

Índice

Editorial: O apoio de Lula a Ortega, o novo tabu eleitoral **03**

Daniel Lopez: Aquele que controlar o Brasil controlará o mundo **14**

Paulo Cruz: O país de Tiririca **24**

O que esperar da relação do Congresso mais conservador com os outros poderes **34**

11 erros graves dos institutos de pesquisa no primeiro turno das eleições **50**

Por que o Partido Comunista Chinês precisa de Xi Jinping **67**

Frases da Semana: “Este país nunca teve um governo que se preocupasse com a educação” **91**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Daniel Ortega e Lula em 2010, durante visita do ditador nicaraguense a Brasília. | Foto: EFE/Fernando Bizerra Jr

| Editorial

O apoio de Lula a Ortega, o novo tabu eleitoral

Já faz algum tempo que certas afirmações não podem ser feitas em voz alta no Brasil sem que “fiscais da verdade” e “editores da sociedade” queiram multar, desmonetizar, censurar ou até prender – tudo, claro, em nome da “democracia”. Pois nesta

quarta-feira o ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do Tribunal Superior Eleitoral, acrescentou mais um item à lista de tabus: a amizade que une o ex-presidente, ex-presidiário e ex-condenado Lula ao ditador da Nicarágua, Daniel Ortega, que em seu país aboliu as liberdades religiosa, de expressão e de imprensa. Tanto não se pode mais falar disso em público que Twitter e Facebook foram obrigados, em liminar, a remover cerca de 30 publicações que destacam os laços que unem a dupla. Uma destas publicações foi feita pela Gazeta do Povo em seu Twitter, ao noticiar a suspensão do canal da rede de televisão CNN no país centro-americano.

Logo na primeira página da decisão, Sanseverino menciona a “publicação por

diversos perfis de redes sociais conteúdos manifestamente inverídicos em que se propaga a desinformação de que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a invasão de igrejas, perseguiria os cristãos, bem como apoiaria a ditadura da Nicarágua”, acrescentando que, segundo a petição da coligação de Lula, “as publicações buscavam associar que o candidato Lula apoiaria veementemente um regime autoritário e que persegue cristãos, o que sabiamente é uma inverdade”. E Sanseverino conclui que “as publicações impugnadas transmitem, de fato, informação evidentemente inverídica e prejudicial à honra e à imagem de candidato ao cargo de presidente da República nas eleições 2022. As publicações transmitem de forma intencional e maliciosa mensagem de

que o candidato Luiz Inácio Lula da Silva é aliado político do ditador da Nicarágua Daniel Ortega, e assim como ele será contra os evangélicos e irá perseguir os cristãos”.

Jamais alguém deveria ser proibido de dizer que Lula e Ortega são aliados, porque esta é a mais pura verdade. Jamais alguém deveria ser proibido de dizer que Ortega persegue cristãos, porque esta é a mais pura verdade.

É preciso perguntar em que planeta Sanseverino vive para afirmar, com tanto despudor, que são “evidentemente inverídicas” as afirmações de que Lula apoia Ortega, ou de que o ditador nicaraguense

persegue os cristãos em seu país. Os laços entre ambos estão fartamente documentados, inclusive com episódios bastante recentes. A Nicarágua não era uma democracia pujante que degradingolou apenas nos últimos meses; Ortega já impunha um regime de força sobre seu país havia ao menos alguns anos, e na eleição de 2021 chegou ao ponto de perseguir seus opositores, prendendo alguns e mandando outros para o exílio. Isso não impediu o PT de lançar uma nota saudando a vitória do socialista (sobre a qual, ainda por cima, pairaram muitas suspeitas de fraude) como uma “manifestação popular e democrática” e afirmando que os sandinistas nicaraguenses ajudariam a transformar a América Latina em uma “região de paz e democracia social que

possa servir de exemplo para todo o mundo”. O mal-estar causado foi tanto que a nota foi removida do site do partido posteriormente, sob a alegação de que ela não tinha sido “submetida à direção partidária”.

Mas, para que não restasse dúvida alguma da aliança que une lulopetismo e sandinismo, o próprio Lula saiu em defesa de seu amigo dias depois, em entrevista ao El País. “Por que Angela Merkel pode ficar 16 anos no poder, e Daniel Ortega não?”, questionou o petista, criando uma equivalência entre um regime parlamentarista democrático, em que as regras do jogo são seguidas à risca, e um regime presidencialista em que o Estado de Direito foi abolido para garantir a perpetuação de Ortega no poder. Não se trata, portanto, de dizer que Lula é apenas aliado de

Ortega, embora não concorde com a forma como o ditador governa seu país; mesmo depois que a tirania se implantou, o lulopetismo seguiu e segue endossando o nicaraguense – o que não surpreende, pois Cuba e Venezuela são ditaduras há muito mais tempo e o PT jamais lhes retirou apoio. Em outras palavras, sim, Lula apoia veementemente um regime autoritário, e que persegue cristãos a ponto de encarcerar bispos, proibir manifestações públicas de devoção, expulsar congregações inteiras e fechar canais de televisão confessionais – e laicos, como no caso da CNN, episódio que Sanseverino quer impedir a Gazeta de noticiar no Twitter. Não há inverdade alguma nisso.

Inverdade mesmo quem promove são os advogados de Lula e o ministro Sanseverino quando dizem que, de acordo com as publicações, Lula, assim como Ortega, “será contra os evangélicos e irá perseguir os cristãos”. Afinal, nenhuma das cinco postagens censuradas que Sanseverino cita em sua liminar diz isso; o que elas fazem é afirmar que quem está perseguindo os cristãos é Ortega (o que é verdade), e que ele conta com o apoio de Lula (o que também é verdade) – o quinto trecho mencionado, aliás, nem trata de perseguição aos cristãos, pois se refere ao corte de sinal da emissora CNN. Se isso é o melhor que o ministro conseguiu reunir para justificar a censura, podemos afirmar sem a menor sombra de dúvida que quem está promovendo fake news

não são os autores das publicações derrubadas, mas os advogados e o ministro que atribuem às vítimas do arbítrio afirmações que elas não fizeram.

Jamais alguém deveria ser proibido de dizer que Lula e Ortega são aliados, porque esta é a mais pura verdade. Jamais alguém deveria ser proibido de dizer que Ortega persegue cristãos, porque esta é a mais pura verdade. Impedir quem quer que seja, candidatos, parlamentares (que, ainda por cima, estão protegidos pela imunidade material, descrita no caput do artigo 53 da Constituição Federal), pessoas comuns ou veículos de comunicação, de dizer publicamente a verdade é de uma sanha ditatorial poucas vezes vista desde o fim do regime militar, 37 anos atrás. Mas é o que o petismo e setores do

Judiciário vêm fazendo sem a menor hesitação. Cada novo episódio de censura imposto pelos tribunais superiores, com o silêncio cúmplice ou mesmo o aplauso de muitos setores da própria imprensa e da sociedade civil organizada, é uma marretada na ainda jovem democracia brasileira.

Que Lula e seu império da mentira queiram calar quem escancara a camaradagem entre o PT e ditadores latino-americanos é esperado; a mentira está na essência do lulopetismo.

Mas que um juiz eleitoral aceite dessa forma transformar-se em censor é inaceitável e mostra como a democracia já ruiu pelas mãos daqueles mesmos que afirmam trabalhar para defendê-la.

LEIA TAMBÉM:

- **TSE censura Gazeta do Povo por post que cita apoio de Lula à ditadura na Nicarágua**
- **Entidades democráticas se posicionam contra censura do TSE à Gazeta do Povo**



[Voltar ao índice](#)



Daniel Lopez



O destino do Brasil irá determinar o destino do mundo/ Foto: Alan Santos

Aquele que controlar o Brasil controlará o mundo

Nesta última segunda-feira, os brasileiros acordaram atônitos com o resultado do 1º turno das eleições. Os apoiadores do atual presidente ficaram tristes com a derrota na

primeira rodada. Porém, o curioso é que o clima na oposição não era de festa, mas também de angústia e preocupação. Ou seja, ambos os lados iniciaram a semana ansiosos e insatisfeitos. Por isso, no artigo desta semana, gostaria de trazer uma reflexão sobre o que realmente está em jogo na disputa deste ano, que terá grandes consequências não apenas para o Brasil, mas para todo o mundo.

Para isso, trarei à conversa algumas doutrinas do pensamento geopolítico sobre o controle do mundo. Sim, para você que achava que planos para controlar o mundo eram papos de teoria da conspiração, boa parte dos manuais militares das potências mundiais traça estratégias para o controle global.

O Brasil é o novo heartland, a nova região que pode definir quem controlará o mundo. Neste ano, ganhamos uma importância geopolítica sem precedentes.

Alfred Thayer Mahan é considerado o pai da política externa norte-americana de hoje. Seu trabalho crucial foi *The Influence of Sea Power Upon History* (“A influência do poder marítimo na história”), publicado em 1890. Na obra, o autor defendia que o controle de determinadas regiões marítimas determinaria o domínio sobre todo o mundo. Influenciado por Mahan, em 1904, Halford Mackinder publicou *The Geographical Pivot of History* (“O pivô geográfico da história”),

onde deslocava a importância geopolítica para o controle de zonas terrestres, e não marítimas. Neste trabalho, Mackinder defendeu que controlar o “coração da terra” (em inglês, “heartland”, composto por Rússia e Ásia Central) seria o pivô para ter hegemonia sobre a “ilha-mundo” (a saber, toda a Eurásia). Ele também separa o mundo em outras regiões, como o “inner crescent” (“crescente interno”), composto por Europa, China, Índia e Oriente Médio, e o “outer crescent” (“crescente externo”), compreendido pelas Américas e Austrália. Ou seja, trata-se de uma disposição do mapa-múndi que coloca a Rússia no centro, e as Américas e a Austrália nas pontas. Entretanto, irei propor que as recentes e drásticas mudanças no cenário geopolítico

internacional sugerem uma mudança nessa disposição do mapa global. Para isso, sigo com a reflexão sobre a teoria do “heartland”.

Ao identificar o controle do leste europeu como o acesso ao domínio do heartland, em 2019 Mackinder escreveria a frase que serviu de inspiração para o título deste artigo:

“Aquele que controla o leste europeu comanda o heartland; aquela que controla o heartland comanda a ilha-mundo; aquele que controla a ilha-mundo comanda o Mundo”.

Em seguida, Nicholas Spykman renomeou o heartland, passando a chamá-lo de

“rimland”, adaptando a frase anterior para

“Aquele que controla o rimland governa a Eurásia; aquele que governa a Eurásia controla os destinos do mundo”. Seria esta

ideia ainda válida hoje, ou temos um novo “heartland”?

Cabe, primeiro, lembrar que foram estes conceitos de Mackinder e Spykman que acabaram definindo as políticas externas ocidentais em relação à Rússia, colocando o controle dessa região como alvo prioritários de seus esforços geopolíticos. Podemos, inclusive, dizer que a história recente, nos últimos 100 anos, foi em grande parte influenciada por uma disputa pelo controle dessa região, assim como posteriormente determinada por uma luta entre EUA e Rússia pelo controle do mundo. A recente crise na Ucrânia reposicionou o mundo nessa dicotomia OTAN versus Rússia, criando uma espécie de Guerra Fria 2.0, como analisei em artigos anteriores.

Porém, a reflexão que gostaria de propor aqui é que o Brasil é o novo heartland, a nova região que pode definir quem controlará o mundo. Neste ano, ganhamos uma importância geopolítica sem precedentes. O mundo percebeu que, sem comida e energia, não há iPhones nem carros da Tesla, ou mesmo estabilidade social. Sabemos que algumas atividades sempre foram cruciais para o bom funcionamento de uma sociedade, como aquelas direcionadas à moradia e alimentação. Não é por outro motivo que esse tipo de atuação recebe grandes incentivos fiscais, como os investimentos em LCIs (Letras de Crédito Imobiliário) e LCAs (Letras de Crédito Agrícola). O mundo passou a valorizar os produtores de comida. E é nesse ponto que

ganhamos nova abordagem no teatro geopolítico global.

Diante da crise energética e alimentar que se desenha rapidamente no mundo, o Brasil se coloca como um dos poucos que pode restituir à Europa sua segurança energética e conferir ao planeta uma segurança alimentar. Sem falar que, no cenário extremo (mas cada dia menos distante) de um conflito nuclear, o Brasil se coloca como uma zona estratégica. Como um conflito dessa magnitude ficaria concentrado no hemisfério norte, as consequências para o sul global seriam menores, ficando de certa forma protegido da eventual destruição, ainda que sujeito a uma parte da radiação e ao inverno nuclear subsequente. Isso tudo faz parte da teoria das “Zonas de Retaguarda”, tão bem

apresentadas pelo coronel Enio Fontenele em seus livros e palestras.

No final das contas, a potência que controlar o Brasil (ainda que indiretamente, por meio de um agente local) poderá garantir o escoamento de comida e de infraestrutura indispensável para um cenário bélico, como energia, armas e munições. Nasce, assim, a teoria das “zonas de retaguarda”. Tendo o Brasil como aliado, uma potência global poderia capitalizar em cima de nosso enorme território, afastado dos inimigos do norte, agraciado com inúmeras proteções naturais, um litoral imenso, clima propício e gigantesco potencial de desenvolvimento. Inclusive porque os EUA estão deslocando suas fábricas de semicondutores da Ásia para as Américas, e os países mais cotados para se

transformarem nos novos polos tecnológicos ocidentais são o México e o Brasil.

Por todos esses motivos, diante do que está em jogo no Brasil hoje, proponho uma adaptação da frase de Mackinder: “Aquele que controlar o Brasil governará o destino do mundo”. Que Deus nos abençoe.

Autor: Daniel Lopez é jornalista, formado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É doutor em Linguística (UFF), mestre em Linguística (UERJ), bacharel em Teologia (UMESP) e licenciado em Letras. Tem especialização em Teoria da Arte, Crítica de Arte, Filosofia, Sociologia e Antropologia. Foi professor nas áreas de Filosofia da Educação, na UFRJ, e de Linguística, na UERJ. É pastor na Igreja Bola de Neve Sede, na cidade de São Paulo, desde 2014.



[Voltar ao índice](#)



Paulo Cruz



Tiririca (PL-SP) caracterizado como Roberto Carlos em paródia feita para sua propaganda eleitoral. | Foto: Reprodução/YouTube

O país de Tiririca

“Geralmente os medíocres triunfavam, pois o sentimento de suas limitações intelectuais e o temor da inteligência do adversário, aliados ao receio de serem vencidos em debates com opositores mais hábeis no falar, os levavam

direta e ousadamente à ação.” (Tucídides, História da Guerra do Peloponeso)

Nas eleições de 2010 um candidato inusitado se apresentava ao eleitor com um slogan não menos *sui generis*: Francisco Everardo Oliveira Silva, mais conhecido por seu nome artístico, Tiririca, usou como mote de campanha a frase “Pior do que tá não fica, vote Tiririca” e, num de seus vídeos, o palhaço dizia: “O que é que faz um deputado?” E, após um risinho, respondia: “Na realidade, eu não sei, mas vote em mim que eu te conto”. Foi eleito por São Paulo com 1.348.295 votos.

O parlamentar – do francês *parlar*, “falar” – passou quatro anos sem fazer um discurso na tribuna do parlamento. Ainda no primeiro

mandato, apresentou oito projetos, seis deles voltados a artistas de circo, mas não aprovou nenhum. Mas, contrariando aquilo que os analistas viam, em 2010, como voto de protesto, Tiririca foi reeleito em 2014, ainda com um número expressivo de votos: 1.016.796. Passou todo o segundo mandato igualmente sem discursar – ou seja, sem fazer política, sem defender suas ideias – e continuou sem aprovar nenhum projeto. Em 6 de dezembro de 2017 fez seu primeiro (e último, segundo ele) discurso na Câmara. Um discurso contundente, em que se dizia muito decepcionado com a política, que abandonaria a vida pública, e conclamava seus colegas a olharem mais para o povo. Disse o deputado: “Vamos olhar pro nosso povo. O povo que eu falo é aquele povo que

necessita de saúde, que eu tenho certeza que nenhum de vocês passou por isso. A gente sabe que todos nós ganhamos bem pra trabalhar... nem todos trabalham; são 513 deputados, só oito mais assíduos, eu sou um dos oito, um palhaço de circo, de profissão. Nunca brinquei aqui dentro, votei de acordo com o povo”.

Espanta-me que a disputa eleitoral seja pautada não em propostas objetivas para enfrentar os gravíssimos problemas que nos assolam, mas que estejamos presos a uma espiral de insanidade quase absoluta.

Entretanto, no ano seguinte, jogando no ralo o que havia dito meses antes – e dando um

tapa na cara daqueles que se empolgaram com o discurso –, Tiririca se candidatou novamente e foi reeleito com estupeficientes 453.855 votos. Agora, em 2022, por incrível que pareça, foi novamente reeleito, mas como o deputado menos votado, com 71.754 votos. Será por ter sido o deputado que mais votou contra o “governo” Bolsonaro em seu partido? Não sabemos, mas, aparentemente, a carreira política de Tiririca, após quatro mandatos, está chegando ao fim. Apesar de não ser um deputado dos mais gastões, de não ter uma grande quantidade de assessores, de não usar apartamento funcional e não ter se envolvido em nenhum esquema de corrupção, não podemos dizer que Tiririca é um deputado necessário; o dinheiro público que consumiu até agora (e

consumirá até 2026) não será pouco. O leitor pode fazer as contas, se quiser passar nervoso.

A cada eleição, o horário eleitoral brasileiro vem se tornando uma atração de humor.

Candidatos bizarros fazem um enorme sucesso – não só aqui, mas no exterior –, o que nos faz duvidar de nossa capacidade de compreender a importância e seriedade da representação política num sistema democrático. Nesse sentido, Platão estava certo em considerar o melhor sistema de governo como aquele em que os governantes eram os que tinham melhor preparo para a tarefa, e que a sociedade só seria virtuosa quando “a raça dos verdadeiros e autênticos filósofos” chegasse ao poder, “ou de

começarem seriamente a filosofar, por algum favor divino, os dirigentes da cidade”.

Mas essa não parece ser a nossa preocupação, nem dos eleitores e muito menos dos políticos, que parecem ver na política somente uma possibilidade de se dar bem na vida e fazer um pé-de-meia com o dinheiro fácil que passam a ganhar sem ao menos precisar trabalhar – um parlamentar custa aos cofres públicos 528 vezes a renda média do brasileiro: cerca de R\$ 23,8 milhões por ano, num Congresso que nos custa em torno de R\$ 14 bilhões por ano.

Isso em um país com 100 milhões de pessoas sem saneamento básico, mais de 41 mil assassinatos anuais e uma educação que está em último lugar em competitividade; onde

95% dos alunos saem do ensino médio sem conhecimento adequado de Matemática e onde 38% dos universitários são analfabetos funcionais; que tem 70 mil crianças morando na rua e que ainda precisa, em 2022, discutir a fome e a chamada insegurança alimentar – ainda que haja controvérsia nos dados – na casa dos milhões. E que, para não deixar de citar um dado que me interessa particularmente, tem uma média anual de 4,96 livros comprados por habitante. Porém, apenas 2,43 desses livros são lidos até o fim.

Por isso espanta-me o debate político brasileiro. Espanta-me que a disputa eleitoral seja pautada não em propostas objetivas para enfrentar os gravíssimos problemas que nos assolam, mas que estejamos presos a uma espiral de insanidade quase absoluta, cujas

prioridades – não dos políticos, cuja única prioridade é a eleição – são pautas ideológicas e interesses políticos travestidos de preocupações morais. O país que elegeu sucessivas vezes o palhaço Tiririca e acabou de eleger o parlamento mais incontestavelmente grotesco de todos os tempos. O país que um dia teve José Bonifácio, Rui Barbosa e Antônio Pereira Rebouças, agora tem esses aí que não preciso nomear.

Não, caro leitor, a situação não é de normalidade. E, como disse o filósofo Eric Voegelin, citado na epígrafe do meu artigo da semana passada: “ninguém é obrigado a tomar parte na desordem espiritual de uma sociedade. Pelo contrário, todos são obrigados a evitar essa sandice e viverem sua

vida em ordem”. Portanto, sigo nesse exercício de isenção com muito gosto. Um isentão que, curiosamente, trabalha, cuida de sua família, ensina, escreve, pensa, dialoga, crê, ora, cultiva o espírito; enfim, que procura viver sua vida em ordem. E sigo caminhando no firme fundamento das coisas que espero e na certeza das que não vejo (Hebreus 11,1).
Amém.

Autor: Paulo Cruz é professor e palestrante nas áreas de filosofia, educação e questões relacionadas ao racismo no Brasil. Formado em Filosofia e mestre em Ciências da Religião, é professor de Filosofia e Sociologia na rede paulista de ensino público. Em 2017 foi um dos agraciados com a Ordem do Mérito Cultural, honraria concedida pelo Ministério da Cultura, anualmente, por indicação popular, a nomes que se destacaram na produção e divulgação cultural.



[Voltar ao índice](#)



As duas casas do Congresso terão mais parlamentares conservadores na próxima legislatura. | Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O que esperar da relação do Congresso mais conservador com os outros poderes

Por Renan Ramalho

Um Congresso mais conservador emergiu das urnas neste domingo (2). Na Câmara, partidos que costumam apoiar o governo do presidente Jair Bolsonaro – PL (99), União Brasil (59), PP (47), Republicanos (41), PSC

(6), Patriota (4), Novo (3) e PTB (1) – elegeram 260 deputados (50,6% entre os 513) o que, em tese, garante maioria suficiente para aprovar projetos de lei comuns.

Já no Senado, uma coalizão semelhante – composta por PL (14), União (11), PP (6), Republicanos (3), PSC (1), e eventualmente ou em parte, Podemos (6) e PSDB (4) – daria a um eventual novo governo Bolsonaro 45 votos (55,5%), também suficiente para aprovar propostas ordinárias e abrir processos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Obviamente, o tamanho do apoio em cada Casa pode variar, para mais ou para menos, a depender da proposição que estiver em análise, dos interesses de bancadas estaduais

ou temáticas, e também da capacidade de articulação da ala política do governo para negociar apoio e satisfazer demandas por cargos, verbas e influência desses parlamentares.

Ao lado disso, partidos que se comportam de maneira mais independente – às vezes a favor do governo, outras de forma contrária – alcançaram tamanho médio. Somados, MDB (42), PSD (42), PSDB (13), Podemos (12), Avante (7), Cidadania (5), Solidariedade (4) e Pros (3) perfazem 128 deputados (25% do total). No Senado, esses partidos – PSD (11), MDB (10), Pros (1), Cidadania (1) – alcançaram peso semelhante, com 23 senadores (28%).

Assim como deputados do Centrão, vários deputados desse segundo grupo podem votar com o governo, seja ele de Bolsonaro ou mesmo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Já a esquerda, no Congresso como um todo, saiu minoritária. Na Câmara, PT (68), PDT (17), PSB (14), Psol (12), PCdoB (6), PV (6) e Rede (2) somam 125 deputados (24%). No Senado, PT (9), PDT (3) e PSB (1) têm juntos 13 representantes (16% do total).

Para entender como essa nova composição, mais à direita, afeta a relação com os outros poderes, Executivo e Judiciário, e especialmente com o futuro presidente da República, a Gazeta do Povo ouviu um analista político e quatro políticos

conservadores, sendo dois deputados federais reeleitos e dois novatos na Câmara.

Para o professor de ciência política do Ibmec de Minas Gerais Adriano Gianturco, a nova cara do Congresso indica um movimento maior à direita na sociedade – segundo ele, de crescimento orgânico de baixo para cima, e que ultrapassa o chamado “bolsonarismo”, de apoio irrestrito e personalista ao atual presidente –, e que está amadurecendo. Isso favorece um apoio maior no Legislativo à agenda de Bolsonaro, num eventual segundo mandato, mas não dispensa a articulação com o Centrão.

“Se o vitorioso for Bolsonaro, vai ser mais fácil governar, do que com o Congresso atual. Poderia até ter quórum para abrir um

impeachment de ministro do STF. Não terá maioria, terá que compor com o Centrão. Se for Lula, vai ser mais difícil para ele. É possível que seu novo governo se assemelhe mais à gestão Dilma que seus dois primeiros mandatos. Claro que Lula é mais esperto que Dilma. Já governou duas vezes e sabe fazer política melhor. Mas os números não estão ao lado dele. Pode ocorrer um ‘ganhou, mas não levou’”, diz o professor.

O que conservadores esperam de um novo governo Bolsonaro

Uma das maiores aliadas de Bolsonaro na Câmara e reeleita com a maior votação no Distrito Federal, a deputada federal Bia Kicis diz que, com um Congresso mais à direita, Bolsonaro poderá até mesmo alcançar 300

votos na Casa. As prioridades do novo governo, segundo ela, devem ser “reformas que impactam diretamente na vida das pessoas: liberdade econômica, desburocratização, redução da carga tributária, reforma tributária, valorização da família, da mulher, segurança pública e legítima defesa.”

Independentemente do governo, ela diz que a bancada conservadora deve focar em reforma política e reforma do Judiciário, o que inclui mudar a forma de composição e manutenção dos ministros do STF – há várias propostas em discussão nessa área, que incluem aumentar o número de ministros, o que poderia dar maioria de indicados por Bolsonaro na Corte, a redução da idade de

aposentadoria compulsória ou mesmo fixação de mandatos.

O avanço da agenda reformista, em caso de reeleição de Bolsonaro, é também defendido pelo deputado Pastor Marco Feliciano (PL-SP), outro aliado histórico do presidente e reeleito. “Acredito que o presidente Jair Bolsonaro irá focar esforços nas reformas tributária e administrativas que estão pendentes”, disse. Em relação às prioridades dos conservadores no próprio Legislativo, ele destaca temas que interessam à bancada evangélica, a qual integra. “Lutaremos para manter a liberdade de culto, independência da Igreja perante o Estado, e aprovar no Congresso projetos sociais que visem recuperar drogados para o convívio, como já vem sendo feita pelas comunidades

terapêuticas mantidas por entidades religiosas a baixo custo.”

Eleito deputado federal, o ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles (PL-SP) diz que, num segundo mandato de Bolsonaro, a prioridade número um no Congresso deve ser aprovação das reformas administrativa e tributária. “E fazer isso logo no primeiro semestre, que são quando as coisas se viabilizam. Depois vai ficando cada vez mais difícil. São duas reformas que precisam ser feitas imediatamente.”

“Por outro lado, o Congresso deve se mobilizar, com essa frente conservadora que tem uma visão mais liberal na economia, para fazer o máximo de privatizações possível. O Brasil não aguenta mais estatais, e isso inclui

Petrobras, Correios, toda as estatais, sem exceção, inclusive bancos públicos. Eu sou favorável que a gente faça privatização de absolutamente tudo.”

Questionado sobre uma eventual oposição do Centrão a uma agenda muito liberal, Salles diz que caberá ao governo montar uma equipe de articulação política habilidosa.

“Pressupõe que o governo tenha nos órgãos ligados a isso, que são a Secretaria de Governo e a Casa Civil pessoas que tenham justamente essa habilidade, esse conhecimento da máquina pública e do ambiente do Congresso. Enfim, pessoas que sejam afeitas ao setor político”. Para Gianturco, a chance de aprovação das reformas depende da situação econômica.

“Depende mais de questões pragmáticas que

ideológicas. Se a economia andar bem, será mais fácil, se economia andar mal, fica mais complicado.”

Que papel um Congresso mais conservador teria num eventual governo Lula

Kicis, Feliciano e Salles estão confiantes que Bolsonaro vai ganhar de Lula no segundo turno. Mas, e se o petista vencer e passar a chefiar o Executivo, qual será o papel da bancada conservadora? Para Bia Kicis, será de “resistência e contenção de danos”.

É o que também prevê Feliciano. “Cerrar fileiras para impedir que sejam propostas mudanças nas pautas dos costumes, que sejam conflitantes com nossos valores judaico-cristãos, a favor da família tradicional, contra a famigerada ideologia de

gênero, contra a descriminalização das drogas, contra a legalização do aborto fora do que já é previsto em lei”.

Salles diz que o grupo conservador que agora chegará à Câmara é mais maduro que aquele eleito pela primeira vez em 2018, no embalo da vitória de Bolsonaro. Segundo ele, os deputados eleitos de direita têm mais “consistência” no conteúdo, são mais preparados para debater e confrontar ideias ruins que venham de um eventual governo Lula.

“Você tem mais condições de demonstrar – mesmo que seja para um grupo fisiológico de centro que complemente o apoio à esquerda – que aquelas matérias são indesejáveis ou inviáveis, no todo ou em parte. Nem tudo é

para rechaçar completamente, tem que considerar que há temas que comportam aprimoramento. Esse é um papel do grupo que foi eleito agora.”

Ele também considera que a nova direita na Câmara tem capacidade de mobilizar a opinião pública. “Manter a sociedade atenta, informada, mobilizada, em prol das boas políticas públicas é de fundamental importância para barrar um governo de esquerda, que vai propor coisa ruim”, diz Salles.

Eleito o deputado federal mais votado do país nestas eleições, com 1,49 milhão de votos, o vereador Nikolas Ferreira (PL-MG) concorda com o ex-ministro. “Agora tem mais vozes para poder ecoar no nosso país o

conservadorismo, muito mais soldados para enfrentar o avanço da esquerda, com as pautas de aborto, legalização das drogas, ideologia de gênero”.

Ele prevê que, mesmo com Bolsonaro eleito, a esquerda tentará avançar nessas pautas e que cabe à bancada conservadora impedir. “Eu tenho certeza que a esquerda vai tentar ressuscitar algo nos mesmos moldes do PLC 122, com relação ao ativismo LGBT no Plano Nacional de Educação, no material escolar. Vão tentar impedir de qualquer jeito o homeschooling. Acredito que conservadores não somente propõem bons projetos, mas também travam os péssimos.”

Quanto ao ativismo judicial do STF, Salles e Nikolas demonstram cautela. Para o

ex-ministro do Meio Ambiente, o perfil mais maduro dos parlamentares conservadores fará com que eles defendam melhor suas prerrogativas – como a imunidade parlamentar. “Tem pessoas mais preparadas, com mais bagagem, traz mais senioridade. Isso traz conseqüentemente mais poder de atuação para defender as prerrogativas parlamentares, em ambas as casas”.

Já Nikolas entende que não é possível mudar o Judiciário no curto prazo. “A gente tem que ir na origem, de onde são formados os ministros, ou seja, universidade. Então, não é uma corrida de 100 metros, é uma maratona. A gente tem que levantar novos juristas, pessoas que vão ocupar esse espaço. Mas, no âmbito do Congresso Nacional, a gente tem que jogar nas quatro linhas da Constituição. E

confesso: é realmente difícil o que a Câmara pode fazer em relação aos mandos e desmandos do STF. Essa missão aí, eu acredito que esteja agora nas mãos do Senado.”

LEIA TAMBÉM:

- **Novo Senado é esperança de aprovação de 5 leis para “mudar a cara do Brasil”**



[Voltar ao índice](#)



Erros das pesquisas eleitorais já são alvo potencial de inquérito

11 erros graves dos institutos de pesquisa nas eleições

Por Leonardo Desideri

Os erros dos institutos de pesquisa nas estimativas de intenção de voto para o primeiro turno das eleições de 2022 se tornaram foco, nesta terça-feira (4), de um

pedido de abertura inquérito do Ministério da Justiça e Segurança Pública à Polícia Federal.

A Gazeta do Povo elaborou uma lista com alguns dos erros mais graves cometidos nas estimativas para o Senado e o governo das 27 unidades federativas do Brasil, levando em conta os números mais recentes apresentados pelos dois institutos de pesquisa mais conhecidos no Brasil, Ipec e Datafolha.

Para que um resultado pudesse compor a lista, a reportagem estabeleceu dois critérios:

- Que o candidato ao Senado ou governo que ficou em primeiro lugar tenha sido diferente do apontado pelo instituto;

- Que os erros tenham envolvido divergências maiores do que 10 pontos percentuais entre o que a pesquisa apontou e o resultado das urnas para ao menos um dos candidatos citados.

Alguns erros ultrapassaram os 15 pontos percentuais. Na disputa pelo Senado de Santa Catarina, por exemplo, Jorge Seif (PL) teve 20,8 pontos percentuais a mais do que o Ipec apontava. No pleito para o Senado em São Paulo, Marcos Pontes (PL) teve 18,7 pontos percentuais a mais do que tanto Ipec como Datafolha registraram em suas últimas pesquisas.

Veja a relação:

Governo de São Paulo

Resultado

Tarcísio de Freitas (Republicanos): 42,3%

Fernando Haddad (PT): 35,7%

Ipec

Fernando Haddad (PT): 41% (+5,3%)

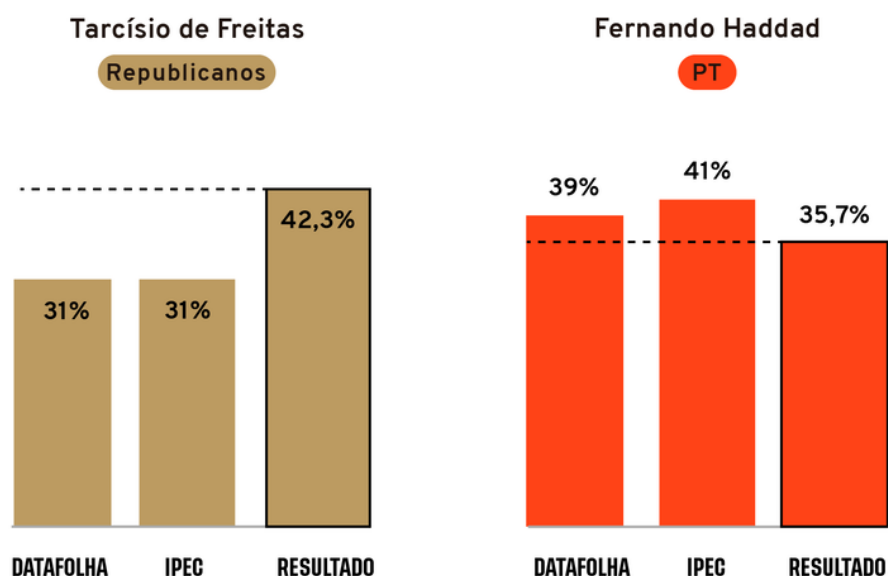
Tarcísio de Freitas (Republicanos): 31%
(-11,3%)

Datafolha

Fernando Haddad (PT): 39% (+3,3%)

Tarcísio de Freitas (Republicanos): 31%
(-11,3%)

GOVERNO
DE SÃO
PAULO



Senado de São Paulo

Resultado

Marcos Pontes (PL): 49,7%

Márcio França (PSB): 36,3%

Ipec

Márcio França (PSB): 43% (+6,7%)

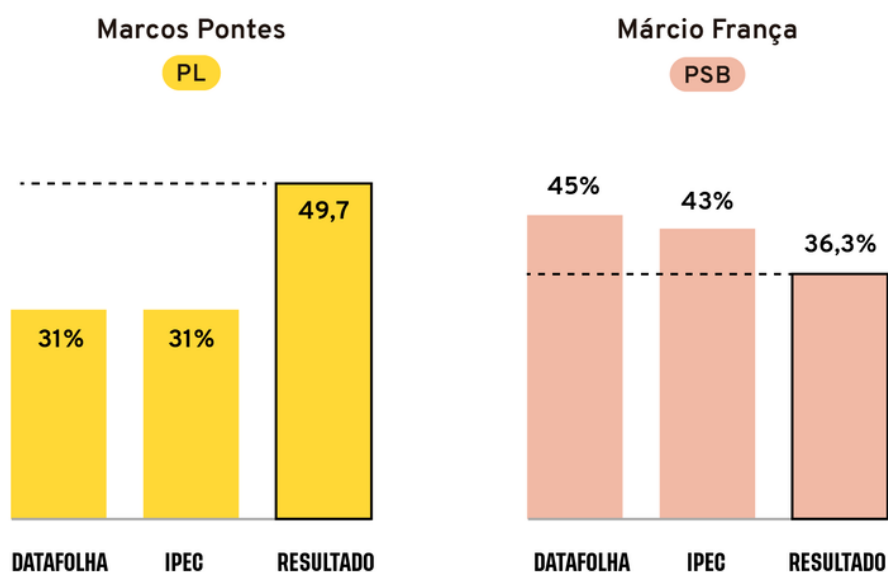
Marcos Pontes (PL): 31% (-18,7%)

Datafolha

Márcio França (PSB): 45% (+8,7%)

Marcos Pontes (PL): 31% (-18,7%)

SENADO
DE SÃO
PAULO



Senado do Paraná

Resultado

Sergio Moro (União Brasil): 33,5%

Paulo Martins (PL): 29,1%

Alvaro Dias (Podemos): 24%

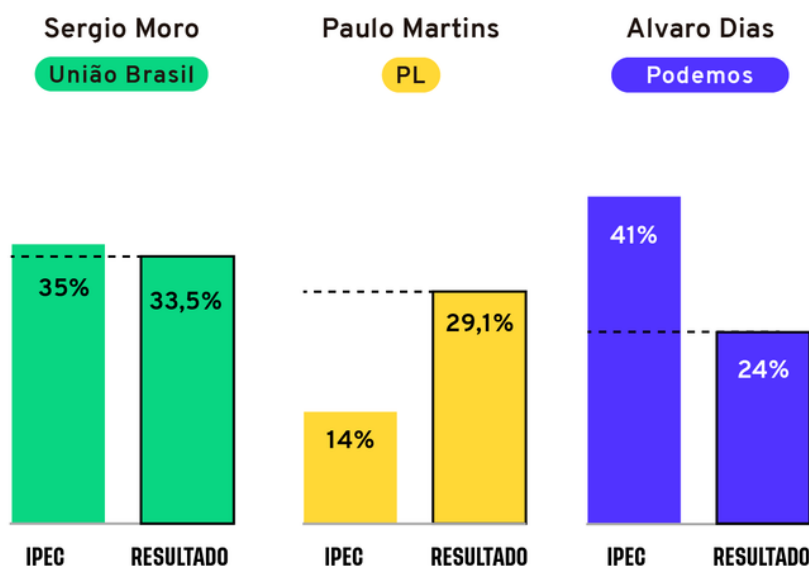
Ipec

Alvaro Dias (Podemos): 41% (+17%)

Sergio Moro (União Brasil): 35% (+1,5%)

Paulo Martins (PL): 14% (-15,1%)

SENADO
DO
PARANÁ



Senado de Santa Catarina

Resultado

Jorge Seif (PL): 39,8%

Raimundo Colombo (PSD): 16,3%

Ipec

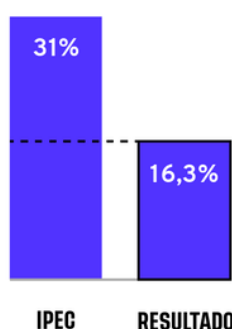
Raimundo Colombo (PSD): 31% (+14,7%)

Jorge Seif (PL): 19% (-20,8%)

SENADO
DE SANTA
CATARINA

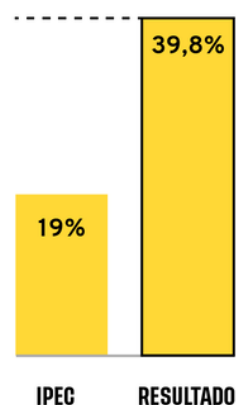
Raimundo Colombo

PSD



Jorge Seif

PL



Governo do Rio Grande do Sul

Resultado

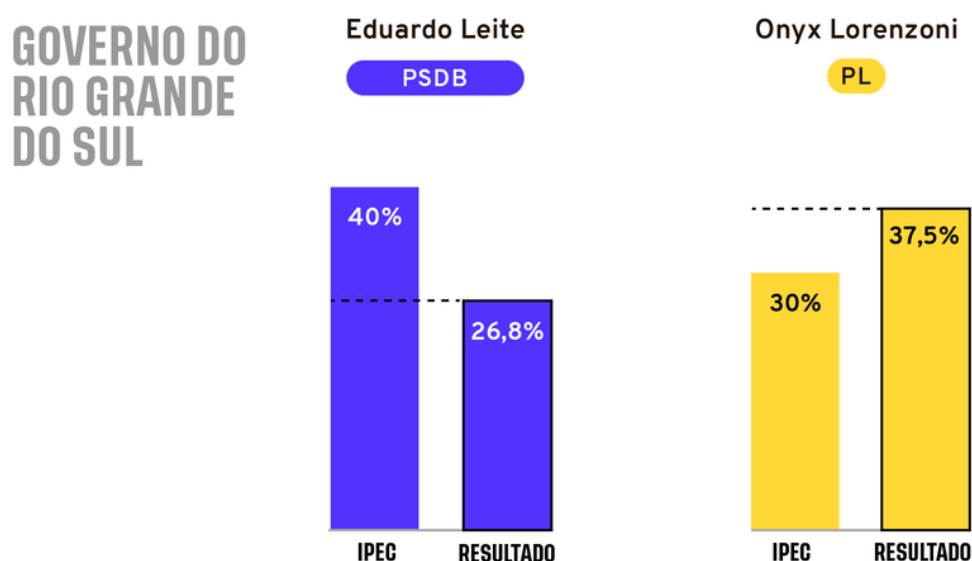
Onyx Lorenzoni (PL): 37,5%

Eduardo Leite (PSDB): 26,8%

Ipec

Eduardo Leite (PSDB): 40% (+13,2%)

Onyx Lorenzoni (PL): 30% (-7,5%)



Senado do Rio Grande do Sul

Resultado

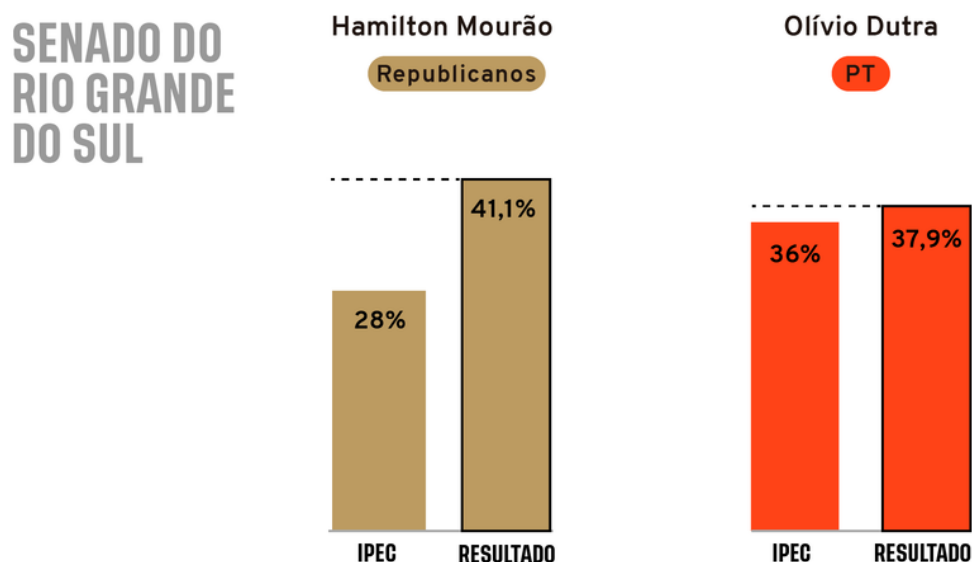
Hamilton Mourão (Republicanos): 41,1%

Olívio Dutra (PT) : 37,9%

Ipec

Olívio Dutra (PT): 36% (-1,9%)

Hamilton Mourão (Republicanos): 28%
(-13,1%)



Governo da Bahia

Resultado

Jerônimo Rodrigues (PT): 49,3%

ACM Neto (União Brasil): 40,9%

Ipec

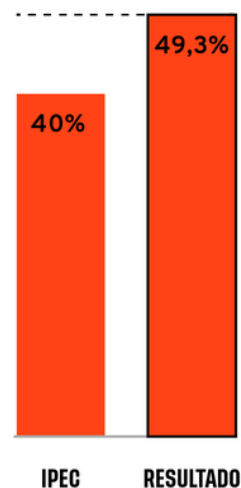
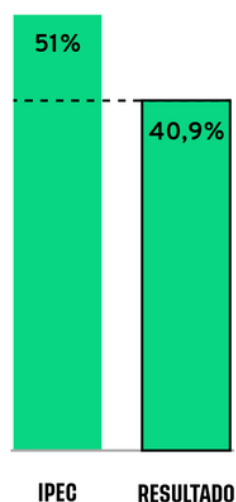
Jerônimo Rodrigues (PT): 40% (-9,3%)

ACM Neto (União Brasil): 51% (+10,1%)

GOVERNO
DA BAHIA

ACM Neto União Brasil

Jerônimo Rodrigues PT



Senado de Goiás

Resultado

Wilder Morais (PL): 25,3%

Marconi Perilo (PSDB): 19,8%

Ipec

Marconi Perilo (PSDB): 31% (+11,2%)

Wilder Morais (PL): 12% (-13,3%)

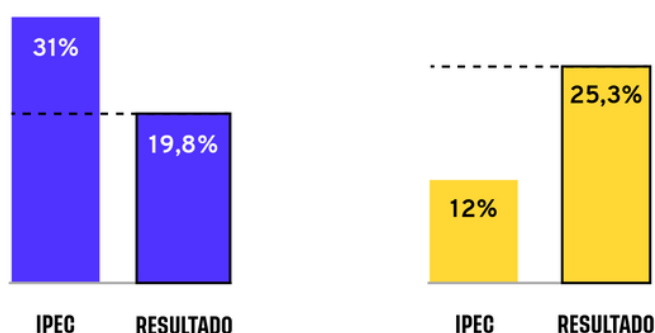
SENADO
DE GOIÁS

Marconi Perilo

PSDB

Wilder Morais

PL



Senado da Paraíba

Resultado

Efraim Filho (União Brasil): 30,8%

Pollyanna Dutra (PSB): 22,8%

Ricardo Coutinho (PT): 21,6%

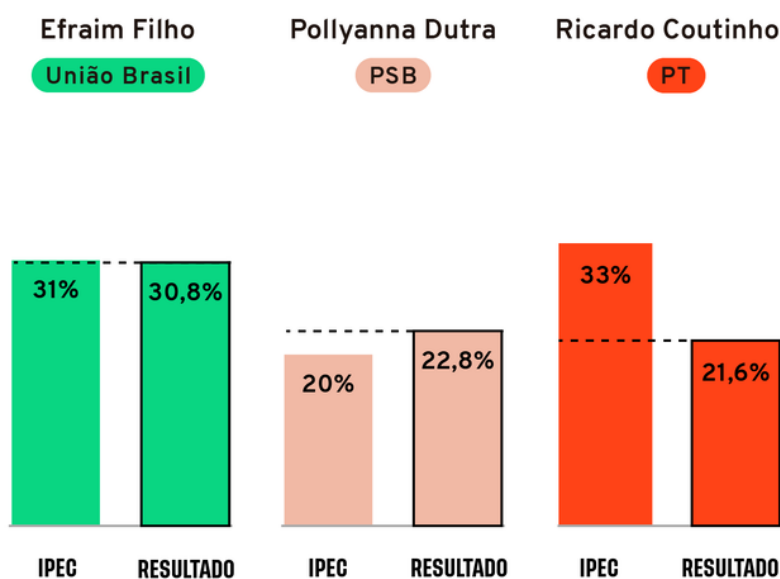
Ipec

Ricardo Coutinho (PT): 33% (+11,4%)

Efraim Filho (União Brasil): 31% (+0,2%)

Pollyanna Dutra (PSB): 20% (-2,8%)

**SENADO
DA PARAÍBA**



Senado de Rondônia

Resultado

Jaime Bagattoli (PL): 35,8%

Mariana Carvalho (Republicanos): 32,2%

Ipec

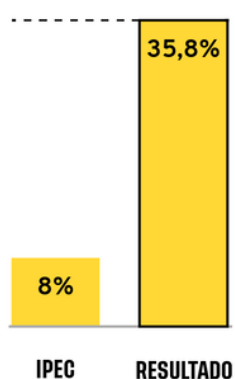
Mariana Carvalho (Republicanos): 43%
(+10,8%)

Jaime Bagattoli (PL): 8% (-27,8%)

SENADO
DE RONDÔNIA

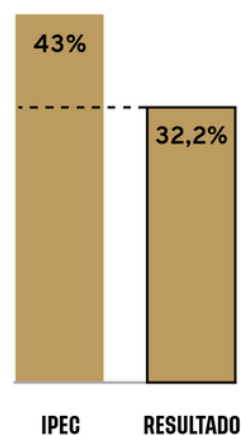
Jaime Bagattoli

PL



Mariana Carvalho

Republicanos



Governo do Mato Grosso do Sul

Resultado

Capitão Contar (PRTB): 26,7%

Eduardo Riedel (PSDB): 25,2%

André Puccinelli (MDB): 17,2%

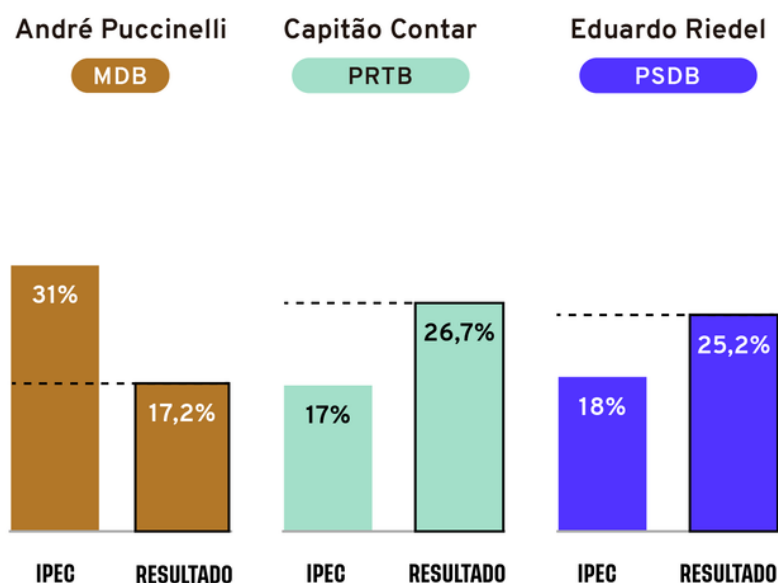
Ipec

André Puccinelli (MDB): 31% (+13,8%)

Eduardo Riedel (PSDB): 18% (-7,2%)

Capitão Contar (PRTB): 17% (-9,7%)

GOVERNO
DO MATO
GROSSO
DO SUL



Metodologias das pesquisas citadas

Ipec Paraná: A pesquisa eleitoral do Ipec, encomendada pela RPC TV, entrevistou 1.504 eleitores no Paraná entre os dias 25 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo PR-02084/2022 e BR-04355/2022.

Ipec Goiás: A pesquisa eleitoral do Ipec, encomendada pela TV Anhanguera, entrevistou 800 eleitores em Goiás entre os dias 25 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo GO-06820/2022.

Ipec Santa Catarina: A pesquisa Ipec entrevistou 1.008 eleitores catarinenses entre os dias 28 e 30 de setembro de 2022. A margem de erro do levantamento é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento, encomendado pela NSC Comunicação, está registrado na Justiça Eleitoral com o número SC-07610/2022.

Ipec Rondônia: A pesquisa eleitoral entrevistou 800 pessoas, entre os dias 27 e 29 de setembro. A margem de erro do levantamento é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com o número RO-05340/2022 e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-00532/2022.

Ipec São Paulo: A pesquisa eleitoral do Ipec, encomendada pela TV Globo, entrevistou 2.000 eleitores em São Paulo entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob os protocolos SP-05847/2022 e BR-03126/2022.

Ipec Bahia: A pesquisa eleitoral do Ipec, encomendada pela TV Bahia, entrevistou 2.000 eleitores no estado da Bahia entre os dias 25 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BA-01710/2022.

Ipec Rio Grande do Sul: A pesquisa Ipec entrevistou 1.808 eleitores do Rio Grande do Sul entre os dias 28 e 30 de setembro. A margem de erro do levantamento é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento está registrado na Justiça Eleitoral com o número RS-04427/2022.

Ipec Paraíba: A pesquisa eleitoral do Ipec, encomendada pela TV Cabo Branco, entrevistou 800 eleitores na Paraíba entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob os protocolos PB-00955/2022 e BR-02427/2022.

Ipec Mato Grosso do Sul: A pesquisa eleitoral do Ipec, encomendada pela TV Morena, entrevistou 800 eleitores em Mato Grosso do Sul entre os dias 25 de setembro e 1º de outubro. A margem de erro do

levantamento é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo MS-00268/2022.

LEIA TAMBÉM:

- **Os institutos de pesquisa podem ser investigados? Pressão cresce após “surpresas” na apuração**



Voltar ao índice



Xi Jinping: mão de ferro para controlar a população enquanto a China entra em declínio | Foto: EFE/EPA/SERGEI BOBYLEV

Por que o Partido Comunista Chinês precisa de Xi Jinping

Por Thérèse Shaheen - National Review

É um truísmo que líderes autoritários e totalitários muitas vezes surgem em tempos de crises políticas e econômicas. O século 20 teve muitos exemplos, incluindo aqueles líderes totalitários cuja derrota nas mãos do capitalismo democrático definiu o século.

Em nosso tempo, uma ortodoxia emergente sobre Xi Jinping coloca essa lição de cabeça para baixo. À medida que o 20º Congresso do Partido Comunista da China se aproxima – no qual Xi deve estender seu poder indefinidamente – há histórias diárias sobre como suas táticas draconianas provocaram uma reação: a economia está desacelerando e o crescimento e a prosperidade da China estão indo por água abaixo.

De acordo com essa análise, a adesão da sociedade chinesa ao dogmatismo ideológico do “Pensamento Xi Jinping”, a desastrosa política Zero Covid, acusações de corrupção armadas para expurgar “moderados” que representam uma ameaça para ele e outras

ações ditatoriais endureceram o aparelho partidário. Está desfazendo o progresso econômico feito por seus antecessores e afugentando décadas de investimento global, que agora está fugindo do país.

Recentemente, as histórias nas mídias sociais foram sobre um possível “golpe” contra Xi, feito por moderados esclarecidos e orientados pelo mercado que estão alarmados com a direção que Xi está tomando no país.

Embora os líderes políticos normalmente gostem de se ver na boca do povo, não é bom quando a palavra “golpe” está associada a eles. E devemos poupar qualquer simpatia por Xi. Mas essa sabedoria convencional emergente é absurda e provavelmente errada, como a sabedoria convencional anterior de

que a China e seus líderes descobriram uma “terceira via” — nem capitalista nem comunista — e que o crescimento econômico continuaria para sempre. Muitos acreditavam que a China tinha ferramentas que faltavam às democracias para controlar a economia e que o crescimento estava garantido.

Isso não foi comprovado. Xi pode estar no cargo e prestes a obter uma prorrogação precisamente por causa do entendimento da liderança do partido — mesmo que analistas de Wall Street e chefes corporativos, vendo infinitas oportunidades de mercado, tenham perdido completamente — que o “milagre econômico” e o rápido crescimento da China eram instáveis, desequilibrados, descoordenados e insustentáveis. Não acredite na minha palavra: foi usando esses

quatro adjetivos que o ex-primeiro-ministro Wen Jiabao descreveu a China — em 2008, bem antes de Xi assumir o cargo.

Os desafios da China são o resultado natural das inconsistências inerentes e características fadadas ao fracasso das economias centralmente planejadas com liderança autoritária. O fato de tantas pessoas terem suspendido o ceticismo por tanto tempo, querendo acreditar que o Partido Comunista Chinês havia criado algo diferente, reflete uma crise de sete décadas de autoilusão global da qual o mundo parece estar se despertando. Metas, cotas, proibições e uma filosofia de punição para o fracasso — as marcas do planejamento central totalitário — nunca corresponderão aos resultados econômicos de democracias vibrantes e do

capitalismo, que aceitam o fracasso como um catalisador para aprendizado, progresso e crescimento. O Partido Comunista Chinês de Xi hoje está simplesmente colhendo os frutos amargos de um sistema que nunca teve sucesso em nenhum lugar.

O caminho inevitável para as crises que o país enfrenta hoje é conhecido desde o início pelo Partido Comunista Chinês, mesmo que a era das reformas iniciadas por Deng Xiaoping tenha mascarado a incoerência subjacente. Os desafios que Xi enfrenta hoje têm suas raízes nos primeiros dias do regime comunista.

Considere apenas uma questão: a coletivização forçada da agricultura no segundo plano de cinco anos (a China está em seu 14^o plano agora) e o Grande Salto Adiante.

Iniciada no final da década de 1950, essa política resultou na maior fome da história do mundo. Até 50 milhões de pessoas morreram, sem incluir os dissidentes que foram mortos e os inúmeros suicídios. A extensão dessa loucura de planejamento central incluiu preciosidades como a campanha das “quatro pragas”, na qual o governo orientou a população a se livrar de moscas, mosquitos, ratos e pardais. O programa foi “bem-sucedido” o suficiente para diminuir a produção de arroz por causa da falta de pardais para comer os gafanhotos e outros insetos que se alimentavam do grão. Recusando-se a admitir o fracasso, Mao substituiu os pardais por percevejos para manter a campanha das quatro pragas em

andamento. Claro, milhões pereceram de qualquer maneira.

O Grande Salto Adiante institucionalizou na China uma pobreza rural patológica que continua até hoje. Mesmo agora, centenas de milhões de pobres rurais da China subsistem com alguns dólares por dia. O sistema hukou de registro de famílias mantém a população rural estagnada e incapaz de migrar permanentemente para outros lugares. Os trabalhadores migrantes do país que vão para as cidades são elegíveis para serviços apenas em sua residência de registro. De acordo com Scott Rozelle em seu livro "Invisible China" [China invisível] (2020), 70% da força de trabalho da China não possui ensino médio. Nas áreas rurais, esse número é muito maior.

O que nos leva ao próprio grande reformador. Deng Xiaoping é o líder comunista favorito do Ocidente, ao lado de Mikhail Gorbachev. Deng sofreu com a Revolução Cultural de Mao, tendo sido atacado como capitalista. Foi com Deng que Jimmy Carter negociou o reconhecimento da China pelos EUA e o rebaixamento das relações dos EUA com Taiwan. Deng ordenou as reformas de mercado que estimularam o crescimento que alguns agora acusam Xi de sufocar.

O Partido Comunista Chinês da era Deng exigiu reformas, mas colocou a China no caminho de ser uma economia principalmente orientada para o investimento. Com cotas e manipulação

forçada de mercado, veio a corrupção oficial estrutural sem precedentes e o estímulo governamental inflacionado ao crescimento acelerado. A infraestrutura desperdiçada de hoje, trens meio vazios para lugar nenhum, projetos e barragens hidrelétricas ambientalmente destrutivas e cidades fantasmas com o colapso imobiliário associado remontam a essa era anterior.

Seja qual for o progresso que possa ter sido feito, os benefícios ficam muito aquém do imenso dano causado pelo outro legado de Deng: a política do filho único que ele iniciou logo após assumir o poder. Dessa política derivam os profundos desafios demográficos que a China enfrenta hoje, notadamente o envelhecimento e o inevitável encolhimento da população chinesa. Segundo algumas

estimativas, a população da China, que hoje é de 1,4 bilhão, pode cair para 700 milhões até o final deste século. Pior, essa população menor teria uma porcentagem maior de moradores rurais menos instruídos e mais pobres, já que os educados urbanos encontravam cada vez menos oportunidades e têm menos filhos. O desemprego urbano já está em 20% e crescendo.

Histórias comoventes de abortos forçados e esterilizações em uma escala horrível são ruins o suficiente. Mas o que nós capitalistas chamamos de lei das consequências não intencionais é outra questão: a China agora perdeu gerações de sua população em idade de trabalho mais produtiva. Isso causou tensões socioeconômicas intransponíveis, pois uma única criança deve cuidar de dois

país e quatro avós em um país sem uma rede de segurança social significativa.

A política do filho único de Deng criou outras pressões sobre a economia e a sociedade atuais. Xi está tentando (e falhando) controlá-los. Considere o atual mercado imobiliário em colapso. Este setor representa cerca de 30% do PIB da China. A bolha especulativa que está estourando foi inflada em parte por filhos solteiros, que superam significativamente as mulheres elegíveis porque a política do filho único envolvia abortos selecionados pelo sexo. Esses homens procuram apartamentos como oferta de casamento. Jornalistas estão relatando sobre noivados desmoronando à medida que apartamentos inacabados se acumulam e a esperança de casamento é frustrada.

Os planejadores centrais do governo, é claro, têm desempenhado seu papel inflando a economia com mais e mais gastos com infraestrutura e imóveis, não importa que as unidades em construção nunca sejam concluídas e ocupadas. A música está chegando ao fim; o que vai acontecer é desconhecido. Em um grau significativo, Xi deve agradecer a Deng por isso.

A corrupção que floresceu na era Deng foi tamanha que até mesmo o massacre da Praça Tiananmen, o incidente mais notório de seu mandato, foi alimentado pela frustração de muitos cidadãos comuns que estavam fartos e queriam mudar o sistema. Grande parte do mundo rapidamente superou isso.

As empresas ocidentais pressionaram seus governos a apoiar a quimera das reformas de mercado de Deng e aceitar que haveria retrocessos ao longo do caminho. A China estava crescendo e o crescimento levaria a mais aberturas de mercado e, em última análise, aberturas políticas. Claro que nada disso deu certo. Em vez disso, Tiananmen criou uma reputação duradoura do Partido Comunista Chinês como um poder implacável e um grande violador dos direitos humanos. Uma geração de ativistas de direitos humanos acrescentou a tragédia à litania de pecados da China, ao lado do Tibete, Nepal, Xinjiang e agora Hong Kong.

Ainda outra área em que Xi deve enfrentar as falhas estruturais de uma economia planejada ao longo de muitas décadas é o acesso a recursos naturais, principalmente água. A China tem uma crise de água. Isso dificilmente é culpa de Xi. Até Mao entendeu, desde o início de seu tempo no poder, que o acesso à água para a crescente população da China era um desafio fundamental. Sua observação frequentemente citada foi que o Sul da China tem muita água, mas as pessoas estão no Norte, onde a água é escassa. Em sua formulação, o Sul deveria emprestar um pouco para o Norte.

As coisas não mudaram muito. Wen Jiabao disse em 2005 que a escassez de água era uma ameaça à “própria sobrevivência da nação chinesa”. A principal abordagem para o

problema tem sido o controle do preço da água e o lançamento de uma série de grandes projetos hídricos de cima para baixo, notadamente o Projeto de Desvio de Água Sul-Norte (SNWD na sigla em inglês). O SNWD consiste em túneis, canais e reservatórios para desviar a água da bacia do rio Yangtze para o Norte por até 1.600 quilômetros.

Um dos canais tem elementos de 2.500 anos — esse não é um desafio novo para o país. O projeto deslocou quase meio milhão de pessoas. O governo fechou indústrias ao longo da rota para minimizar a poluição da água. Mas, como sempre, o aparato partidário, que exerce um controle de ferro, não pode tolerar o fracasso. O governo instituiu controles de preços para esconder o

verdadeiro custo da água. Isso impede a conservação na agricultura, indústria e consumo doméstico. Juntamente com os efeitos das mudanças climáticas e o fraco histórico de gestão de água industrial da China em geral, o programa rendeu pouco até agora. Autoridades de Pequim alertaram que a infraestrutura hídrica da capital está chegando ao limite de sua capacidade.

O mais preocupante para o Partido é que não apenas os desafios enfrentados por Xi e a liderança se estendem por muitas décadas, mas há avisos sobre a inevitabilidade do fracasso por quase tanto tempo, e eles eram visíveis para todos. Visitei a China pela primeira vez em 1985. Era difícil não ficar impressionado com a pobreza do país, apenas alguns anos após o mandato de Deng. As

largas avenidas de Pequim estavam lotadas de pessoas em bicicletas e caminhões de baixa qualidade transportando mercadorias pela cidade. Embora a cidade não tivesse a mesma poluição industrial que vemos hoje, lembro-me de Pequim daquele período como tendo todas as características das economias subdesenvolvidas.

Voltei no final dos anos 80 e tive minha primeira oportunidade de viajar para fora de Pequim. Embora ainda pobre, o país começava a crescer. As pessoas eram amigáveis, e era emocionante estar lá.

Lembro-me do Great Wall Hotel, na época um dos melhores da cidade, e das decorações natalinas feitas pelos confeitheiros e chocolatiers. Foi lindo e acolhedor.

Passei muito tempo na China também na década de 1990, um período de mudanças visíveis. Jiang Zemin tornou-se o líder supremo em 1989 e permaneceu nesse cargo durante todo o tempo em que estive profissionalmente na China. O objetivo de Jiang era manter as taxas de crescimento altas e ele ordenou investimentos maciços em projetos de construção e infraestrutura. Seu governo ordenou que as grandes empresas estatais em todos os setores industriais se tornassem maiores.

Com tudo isso veio a falta de transparência, falta de concorrência, suborno e mais corrupção, que se tornaram as características mais definidoras da operação no país. Embora

as políticas anteriores de reforma de mercado de Deng provavelmente tivessem levado ao crescimento de uma classe bilionária na China, o fenômeno ocorreu na era Jiang Zemin de programas de financiamento massivos liderados pelo Estado. O programa sistemático de roubo de propriedade intelectual de empresas de economias avançadas que tentavam investir e lucrar na China também cresceu nesse período.

Em 2002, tornei-me presidente e diretora administrativa do Instituto Americano do Departamento de Estado em Taiwan. Nesse mesmo ano, a RAND Corporation publicou uma breve análise, 'Fault Lines in China's Economic Terrain' [Falhas na economia da China], de Charles Wolf Jr., K. C. Yeh, Benjamin Zycher, Nicholas Eberstadt e

Sungho Lee. Apesar da percepção de crescimento e modernização visíveis, analistas de investimentos ocidentais publicaram relatórios sobre como a China estava fazendo algo diferente e duradouro. Eles ignoraram o registro histórico de planejamento central fracassado. Os autores de Fault Lines, em contraste, expuseram com uma visão surpreendente cada grande problema que a China enfrenta hoje.

Para aqueles de nós que viram o crescimento, mas sabiam que algo não estava certo, e que sempre duvidaram que o Partido Comunista Chinês tivesse de alguma forma descoberto como fazer o planejamento central e o autoritarismo – com uma dose de reformas de mercado – funcionarem, a análise da RAND validou nosso ceticismo. Muito antes

de Xi, era sabido que, à medida que o PCCh se tornasse incapaz de gerar um crescimento rápido por meio de gastos governamentais cada vez maiores, ele fecharia e se tornaria repressivo. A filosofia do partido reflete a máxima de que se você não pode ter sucesso com a cooperação de todos, então prossiga sem ela.

Hoje, essa filosofia se traduz na intrusão do Estado na vida do cidadão comum e na repressão de quem duvida da supremacia do partido. O PCCh tem um objetivo agora: manter o poder do partido. Xi Jinping é o homem que recebeu a tarefa.

É por isso que o 20º Congresso do Partido estenderá o mandato de Xi. Muito tem sido escrito sobre a natureza sem precedentes de

um terceiro mandato para o líder máximo da República Popular da China. Igualmente sem precedentes, porém, é a maneira como o mundo parece ter despertado para as sérias dificuldades – econômicas, sociais, políticas e diplomáticas – que o país está enfrentando.

As falhas fundamentais do planejamento central e do governo autoritário estão se tornando óbvias demais para serem ignoradas. A liderança linha-dura de Xi não é o que está causando os problemas da China. Xi Jinping está no cargo porque o Partido Comunista Chinês sabia que uma linha dura era a única maneira de lidar com a inevitabilidade do fracasso do sistema que eles criaram. Esse é o problema essencial com oligarcas, autocratas e ditadores: como eles

não podem arriscar o fracasso, eles não têm a mínima ideia de como gerenciá-lo.

Thérèse Shaheen é empresária e CEO da US Asia International. Ela foi presidente do Instituto Americano do Departamento de Estado em Taiwan de 2002 a 2004.

LEIA TAMBÉM:

- **Xi Jinping prepara o terreno para se perpetuar no poder na China**
- **“A democracia morre nas sombras”**: como a ditadura chinesa acabou com o jornal mais popular de Hong Kong



Voltar ao índice



O então presidente Lula com o então ministro da educação Fernando Haddad. Foto: MEC

Frases da semana

Conteúdo editado por Jones Rossi, Eli Vieira e Paulo Polzonoff Jr.

“É melhor, mesmo sendo um pilantra”.

Marcola, CEO do PCC, manifestando apoio a Lula. A declaração de Marcola foi censurada pelo ministro Alexandre de Moraes. Que, posteriormente, censurou a notícia da censura. Coisa de louco!

“Preferia que fossem urnas fraudadas do que o povo elegendo fascistas.”

Márcia Tiburi, filósofa, maltratando a língua portuguesa e escancarando a mentalidade autoritária da esquerda, para a qual “democracia” é apenas uma palavra bonitinha usada para enganar os trouxas.

“As pesquisas não detectaram o tanto de votos que Jair teria, porque, basicamente, apoiadores de Jair são pessoas que mentem, gente dissimulada, das trevas, enrustida.”

Rosana Hermann, roteirista. No roteiro maniqueísta criado por ela, os bolsonaristas (essa entidade que virou a Geni da esquerda) enganaram de propósito os pobres institutos de pesquisa. Aliás, roteiro de filme ruim.

“Mora no fundo da casa da sogra e apanha do marido, mas ontem votou no 22 porque ele mandou.”

Orlando Guerreiro, que se identifica apenas como “artista”. Nada como uma vitória do Brasil conservador na Câmara e no Senado para despertar o “machismo do bem” do lulopetismo.

"O Alckmin foi posto como expressão de uma frente democrática anti-Bolsonaro. Em nenhum momento, as ideias liberais foram incorporadas ao plano de governo."

Guilherme Boulos, durante entrevista ao Roda Viva. Parece que Boulos se empolgou demais com o fato de ter conseguido o primeiro emprego aos 40 anos de idade e acabou falando mais do que devia.

“Não funciona.”

PT, partido de extrema esquerda, orientando a militância a não chamar Bolsonaro de genocida.

“Hoje a CF de 88 faria 34 anos.”

Maurício Bunazar, advogado, numa frase que sintetiza brilhantemente o caos jurídico do Brasil. A propósito, o aniversário foi no dia 5 de outubro.

“Diante das alternativas postas, votarei em Lula. E, pela mesma razão, em São Paulo, meu voto será em Tarcísio de Freitas.”

José Serra, ex-senador e candidato derrotado à Câmara, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo. Não que Lula seja Deus e Tarcísio, o diabo, nessa analogia. Foi só pra usar o ditado popular mesmo. Ah, vocês entenderam.

“Existe um passado que espera que o Peru se levante.”

Mario Vargas Llosa, escritor, em entrevista ao Estadão. A 5ª série que mora em mim saúda a 5ª série que mora em você.

"As pessoas que são analfabetas ficaram analfabetas porque este país nunca teve um governo que se preocupasse com a educação."

Lula, ex-presidiário, em campanha ao lado do ex-ministro da educação Fernando Haddad. Lula se esqueceu de que o PT governou o Brasil de 2002 a 2016, numa gestão desastrosa que contribuiu para o país apresentar os péssimos índices educacionais de hoje.

“Em estado de exceção, infelizmente, o que vale é lógica de guerra.”

Letícia Cesarino, antropóloga, justificando o uso de fake news por parte da esquerda. Vale tudo para combater o bolsonarismo. Tudo. Até fechar os olhos para as fake news de esquerda, né, Alexandre?

MEMÓRIA

“Te espero no Congresso Nacional.”

Augusto de Arruda Botelho, advogado antilavajatista derrotado nas urnas, para Sergio Moro, ex-juiz da Lava Jato vitorioso nas urnas. Quem tripudiou sobre o advogado foi também o agora deputado federal Deltan Dallagnol. Pelo Twitter, ele aconselhou Botelho a... procurar emprego na Odebrecht.

“Desconfie de pesquisas pouco tradicionais e com resultado que diverge de TODAS as outras. Por sinal, hoje tem DATAFOLHA!!!

Experiência, correção, segurança e a melhor informação.”

Mônica Bergamo, jornalista, defendendo com unhas e dentes o instituto que “só” errou em praticamente todos os estados da federação.

“Anotem: os eleitores do PT simplesmente ignorarão a decisão burocrática e votarão no deputado Marcelo Freixo: o próximo governador do Rio de Janeiro. E o senador com o maior número de votos será Alessandro Molon. E Bolsonaro será derrotado no 1º turno.”

João Cezar de Castro Rocha, crítico literário e dublê de cientista político. Marcelo Freixo não se elegeu, Molon ficou pelo caminho e teremos segundo turno. Mas, pela margem de erro de Datafolha, Ipec e congêneres, João César é um excelente analista político.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. **Curadoria e formatação:** Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. **Conceito visual:** Claudio Cristiano Gonçalves Alves. **Coordenação:** Patrícia Künzel.



[Voltar ao índice](#)